

GD Geração
Distribuída
Participações S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em
31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas as demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Diretores da
GD Geração Distribuída Participações S.A.**

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GD Geração Distribuída Participações S.A. (“Companhia”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas .

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da GD Geração Distribuída Participações S.A e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 31 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Renan Melo de Oliveira

Contador CRC 023259/O-4

GD - Geração Distribuída Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	169	258	17.084	69.998	Fornecedores	17	5.715	5.475	14.086	16.664
Aplicação financeira restrita	9	-	-	1.186	-	Empréstimos e financiamentos	18	-	62.815	591.933	419.469
Depósitos vinculados	10	-	-	-	6.681	Obrigações sociais		1.902	1.472	1.902	1.472
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	12	-	-	45.084	43.483	Obrigações fiscais		19	55	991	1.633
Adiantamentos a fornecedores		371	194	839	851	Imposto de renda e contribuição social	25	-	-	276	1.461
Impostos a recuperar		1.721	1.562	7.910	6.043	Passivo de arrendamento	16	1.002	966	11.712	7.321
Créditos com partes relacionadas	11	58.254	106.709	-	-	Outras contas a pagar		1	-	3	-
Outras contas a receber		712	645	2.589	1.220						
Total do ativo circulante		61.227	109.368	74.692	128.276	Total do passivo circulante		8.639	70.783	620.903	448.020
Realizável a longo prazo						Passivo não circulante					
Aplicação financeira restrita	9	-	-	6.291	6.254	Empréstimos e financiamentos	18	-	-	148.631	302.059
Depósitos vinculados	10	-	-	58.503	14.963	Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	-	-	1.305	229
Outras contas a receber		85	85	85	85	Outras contas a pagar		-	-	933	3.797
Depósitos judiciais		-	-	93	77	Passivo de arrendamento	16	5.259	4.264	55.069	54.589
						Provisão para desmobilização	19	-	-	11.517	7.752
						Provisão para perdas com investimentos	13	225	-	-	-
						Partes relacionadas	11	19	1.700	-	-
Ativo não circulante						Total do passivo não circulante		5.503	5.964	217.455	368.426
Outros ativos	14	31.950	31.246	-	-	Patrimônio líquido					
Adiantamentos para futuro aumento de capital	13	-	13.322	-	-	Capital social	20	487.600	487.600	487.600	487.600
Investimentos	13	253.201	294.965	-	-	Transações com acionistas		(9.328)	(9.328)	(9.328)	(9.328)
Imobilizado	14	2.050	1.726	975.757	963.202	Prejuízos acumulados		(103.103)	(85.710)	(103.103)	(85.710)
Ativo de direito de uso	16	5.396	4.412	59.162	56.675						
Ativo intangível	15	35.402	14.185	38.944	39.476	Total do patrimônio líquido		375.169	392.562	375.169	392.562
Total do ativo não circulante		328.084	359.941	1.138.835	1.080.732	Total do passivo e patrimônio líquido		389.311	469.309	1.213.527	1.209.008
Total do ativo		389.311	469.309	1.213.527	1.209.008						

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GD - Geração Distribuída Participações S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	21	-	-	152.896	135.757
Custo das vendas	22	-	-	(60.529)	(51.760)
Lucro bruto		-	-	92.367	83.997
Despesas gerais e administrativas	23	(4.400)	(4.472)	(16.741)	(16.739)
Outras receitas e despesas operacionais	23	(186)	843	(376)	841
Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos		(4.586)	(3.629)	75.250	68.099
Receitas financeiras	24	761	244	11.062	5.427
Despesas financeiras	24	(5.088)	(8.455)	(102.039)	(88.720)
Resultado financeiro líquido		(4.327)	(8.211)	(90.977)	(83.293)
Equivalência patrimonial	13	(8.480)	(8.798)	-	-
Resultado antes dos impostos		(17.393)	(20.638)	(15.727)	(15.194)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	25	-	-	(590)	(6.936)
Diferido		-	-	(1.076)	1.492
				(1.666)	(5.444)
Prejuízo do exercício		(17.393)	(20.638)	(17.393)	(20.638)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GD - Geração Distribuída Participações S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	(17.393)	(20.638)	(17.393)	(20.638)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(17.393)</u>	<u>(20.638)</u>	<u>(17.393)</u>	<u>(20.638)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GD - Geração Distribuída Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Capital social		Reservas de lucros				Total	
	Nota	Capital social	Transações com acionistas	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados		Outros resultados abrangentes
Saldos em 01 de janeiro de 2024		<u>487.600</u>	<u>(9.328)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(65.072)</u>	<u>-</u>	<u>413.200</u>
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(20.638)	-	(20.638)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>487.600</u>	<u>(9.328)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(85.710)</u>	<u>-</u>	<u>392.562</u>
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(17.393)	-	(17.393)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		<u>487.600</u>	<u>(9.328)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(103.103)</u>	<u>-</u>	<u>375.169</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GD Geração Distribuída Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(17.393)	(20.638)	(17.393)	(20.638)
Ajustado por :				
Depreciação	14	116	35.783	29.310
Depreciação de direito de uso	16	58	1.454	1.124
Amortização custos de transação sobre empréstimos	18	1.215	2.103	2.881
Baixa de ativo imobilizado, intangível e investimentos	13 e 23	-	190	8.153
Resultado da equivalência patrimonial	13	8.480	-	-
Perdas com partes relacionadas	23	-	186	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	-	(5.079)
Amortização do intangível	15	958	958	1.840
Juros sobre empréstimos	18	3.760	92.622	82.228
Juros sobre passivo de arrendamento	16	25	7.470	3.952
Juros sobre provisão para desmobilização	16	-	823	1.039
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	-	590	6.936
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	-	1.076	(1.492)
	(2.781)	(47)	125.862	110.254
Variações:				
Decréscimo (acrécimo) de ativos				
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	-	(1.601)	(18.109)
Adiantamentos a fornecedores	(177)	65	9	240
Impostos a Recuperar	(159)	(173)	(1.950)	(189)
Compartilhamento de despesas com partes relacionadas	6.810	(7.149)	-	-
Depósitos judiciais	-	-	-	(77)
Outras contas a receber	(67)	(225)	(1.385)	13
Fornecedores	240	(813)	(2.573)	(842)
Obrigações sociais	430	(1.275)	430	(1.275)
Obrigações fiscais	(36)	(2)	(642)	447
Remensuração de direito de uso	-	-	-	(40)
Outras contas a pagar	1	-	(2.861)	3.574
	7.042	(9.572)	(10.573)	(16.258)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	4.261	(9.619)	115.289	93.996
Juros de arrendamentos pagos	16	(25)	(7.126)	(6.468)
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	18	(7.790)	(74.682)	(66.484)
Impostos pagos sobre o lucro	25	-	(1.775)	(7.829)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	(3.554)	(18.252)	31.706	13.215
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Resgates (Aplicações) financeiras	-	-	(1.223)	4.495
Depósitos vinculados	10	-	(36.859)	(21.644)
Baixas (adições) de imobilizado e outros ativos	14	310	(47.268)	(101.208)
Recebimento de indenização de seguros do ativo imobilizado	-	-	-	17.230
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	13	-	(16.151)	-
Aumento de investimentos em controladas	13	(25.142)	(41.218)	-
Redução de capital em investimentos em controladas	13 e 11 (c)	86.625	61.039	-
Dividendos recebidos	-	1.433	-	-
Mútuos com controladas	-	-	275	-
Caixa líquido recebido nas operações de incorporação	-	21	-	-
Caixa líquido na alienação de controlada	-	-	2.531	-
Adições de ativo intangível	15	(69)	(426)	(543)
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	63.157	(568)	(83.245)	(101.670)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Ingresso de empréstimos e financiamentos	18	-	1.022.207	291.962
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	18	(60.000)	(1.016.426)	(203.256)
Custos de captação de empréstimos pagos	-	-	(7.156)	-
Pagamento de principal de arrendamentos	-	(11)	-	-
Mútuos com partes relacionadas	-	319	1.700	-
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	(59.692)	1.334	(1.375)	88.706
Aumento/(redução) de caixa e equivalente de caixa	(89)	(17.486)	(52.914)	251
Varição de caixa e equivalente de caixa				
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	258	17.744	69.998	69.747
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	169	258	17.084	69.998
Aumento/(redução) de caixa e equivalente de caixa	(89)	(17.486)	(52.914)	251

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A GD Geração Distribuída Participações S.A. (“Companhia” ou “GDsun”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 26 de agosto de 2019, com sede localizada na Rua Iguatemi, 192, Edifício Iguatemi Offices Building, 13º andar CJ 133 sala 2, Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 01451-010. A Companhia tem como atividade principal o investimento em outras empresas (controladas diretas ou indiretamente em conjunto, na condição de sócia, acionista ou quotista), no segmento de geração distribuída de energia fotovoltaica.

A Companhia, por meio de suas subsidiárias, desenvolve e opera usinas fotovoltaicas de geração distribuída. Atualmente, possui um portfólio com mais de 70 projetos em fase operacional e 24 em fase de implantação e desenvolvimento.

As usinas fotovoltaicas são arrendadas em contratos de longo prazo, nos quais os locatários utilizam a energia gerada para compensação em suas unidades consumidoras, na modalidade de geração distribuída, conforme previsto na Lei n.º 14.300/2022. Entre os principais clientes do Grupo destacam-se Raia Drogasil, Telefônica Brasil, Claro, Magazine Luiza, Raizen, Órigo, Sanessol, Evolua, DPSP, BOWE, Luz e TIM, além de concessionárias de saneamento e outros operadores do mercado.

No exercício de 2025, a Administração implementou uma iniciativa estruturada voltada à recuperação e otimização da performance operacional do portfólio de usinas fotovoltaicas do Grupo. Essa iniciativa demandou a realização de custos e despesas de natureza extraordinária ao longo do exercício, com impacto temporário sobre os indicadores financeiros das investidas. Como resultado, as usinas foram restabelecidas aos parâmetros operacionais planejados, fortalecendo a base de geração de caixa para os exercícios subsequentes. Os efeitos contábeis decorrentes dessa estratégia estão detalhados nas Notas Explicativas n.º 1.2 (Continuidade Operacional) e n.º 13 (Empréstimos, Financiamentos e Debêntures).

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo”).

1.1

Relação das entidades controladas

	2025	2024
<i>Controladas diretas:</i>		
GDPAR SR PARTICIPACOES EM PROJETOS SOLARES S.A. (GDPAR SR)	100	100
GDPAR SP PARTICIPACOES EM PROJETOS SOLARES LTDA (GDPAR SP)	100	100
GDPAR SN PARTICIPACOES EM PROJETOS SOLARES S.A. (GDPAR SN)	100	100
UFV GDPAR AL1 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA.	100	100
UFV GDPAR BA1 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA.	100	100
UFV GDPAR BA3 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA.	100	100
UFV GDPAR BA6 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA.	100	100
UFV GDPAR BA8 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA.	100	100
UFV GDPAR BA9 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA.	100	100
UFV GDPAR CE1 FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR CE3 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR CE4 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR CE5 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR CE6 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR GO1 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100

UFV GDPAR-GV BA2 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA.	100	100
UFV GDPAR MG1 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA.	100	100
UFV GDPAR MS1 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR MT1 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICA LTDA	100	100
UFV GDPAR MT2 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR PE1 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR RJ2 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR SP15 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR SP16 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR SP17 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR SP22 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR-GV PA1 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
ANDRÔMEDA EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS S.A.	100	100
BURITIZEIRO EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS S.A.	100	100
GDPAR SH PARTICIPACOES EM PROJETOS SOLARES LTDA	100	100
UFV GDPAR SP1 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDSUN PB2 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	-
UFV GDPAR SP2 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	-

Controladas indiretas:

UFVs Raia Drogasil – GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A

UFV GDPAR-SN GO 4 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA.	100	100
UFV PERNAMBUCO II EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA.	100	100
UFV GDSUN PB1 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA.	100	100
UFV GOVERDE & GDPAR SP 1 ALUGUEL DE INFRAESTRUTURA SPE LTDA.	100	100

GDPAR SP Participações em Projetos Solares Ltda

UFV GOVERDE CEARÁ ALUGUEL DE INFRAESTRUTURA SPE LTDA	100	100
UFV GOVERDE PERNAMBUCO 2 ALUGUEL DE INFRAESTRUTURA SPE LTDA	100	100
PARQUE SOLAR SÃO FRANCISCO ENERGIA RENOVÁVEIS LTDA.	100	100
UFV GDPAR GV CE1 FOTOVOLTAICOS LTDA.	100	100
UFV GDPAR GV PE1 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA.	100	100
UFV GDPAR GV BA1 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA.	100	100

Subholding: GDPAR SH PARTICIPACOES EM PROJETOS SOLARES LTDA.

CSP ESPLENDOR ENERGIA LTDA	100	100
GUARACI ENERGIA LTDA	100	100
SOLANO ENERGIA LTDA	100	100
UFV GDPAR DF1 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR SP3 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR SP4 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR SP9 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100
UFV GDPAR-GV SP3 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	100



1.2 Continuidade operacional

(i) Situação do Capital Circulante Líquido

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 507.694 (R\$ 319.744 apurado em 31 de dezembro de 2024), no consolidado. Tal situação decorre, principalmente, da reclassificação de passivos financeiros de longo prazo para o passivo circulante das investidas GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A., no montante de R\$ 169.945; e GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A, no montante de R\$ 364.369;

(ii) Descumprimento de Covenants e *Waiver*

A referida reclassificação foi motivada pelo descumprimento do índice financeiro de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), conforme previsto nos contratos de financiamentos das investidas.

Cumpra esclarecer que o descumprimento do ICSD no exercício de 2025 resultou de uma estratégia adotada pela Administração com o objetivo de recuperar e estabilizar a performance operacional do portfólio de usinas fotovoltaicas do Grupo. Ao longo do exercício, foram realizados investimentos e incorridos custos e despesas de natureza extraordinária, voltados à adequação técnica e operacional dos ativos, que impactaram temporariamente os indicadores de geração de caixa das investidas. Como resultado desta iniciativa, as usinas foram trazidas aos parâmetros operacionais planejados, consolidando a base para a plena geração de caixa nos exercícios subsequentes. A estratégia adotada e seus fundamentos foram integralmente apresentados e discutidos com os credores, que reconheceram o caráter pontual e não recorrente do evento.

Em 27 de março de 2026, a Administração obteve formalmente, junto à instituição financeira, o “*waiver*” (dispensa do cumprimento) relacionado ao referido “*covenant*”. Embora o documento indique efeito retroativo a 2025 e evidencie a intenção dos credores de não exigir a liquidação antecipada da dívida, por se tratar de evento subsequente à data-base das demonstrações financeiras.

Considerando que os “*waivers*” foram obtidos junto à instituição financeira, relacionados aos covenats financeiros das investidas GDPAR SR e GDPAR SN, no montante de R\$ 534.314, sendo R\$ 364.369 relativos à 2ª Emissão da GDPAR SN e R\$ 169.945 relativos à 2ª Emissão da GDPAR SR, houve a reclassificação de obrigações, no primeiro trimestre de 2026, do passivo circulante para o não circulante, sendo integralmente revertida o CCL negativo, o que resultou em um Capital Circulante Líquido positivo de R\$ 26.620.

(iii) Plano de Mitigação

A Companhia avalia que sua continuidade operacional está assegurada, pois mantém capacidade de gerar fluxo de caixa operacional positivo, suficiente para suportar suas atividades, cumprir obrigações e financiar suas operações correntes. Esse fluxo de caixa recorrente é o principal fator que sustenta a manutenção normal dos negócios.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelos Diretores da Companhia 31 de março de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 16 - Arrendamentos

Determinação se os contratos de arrendamentos se classificam em operacionais ou financeiros.

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota 16 – Arrendamentos** – Prazo de arrendamento: se o grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.
- **Nota explicativa 19 – Provisão para desmobilização** – Critério para definição da taxa de desconto e estimativa do custo para desmobilização dos ativos que englobe todas as regiões onde foram implantados.
- **Nota 27 – Provisões** - Principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos;

Mensuração do valor justo

Certas políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os valores justos são apurados para o propósito de mensuração e divulgação. Quando aplicável, informações adicionais sobre premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas políticas contábeis e demais notas explicativas de ativos e passivos correspondentes.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27 - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto instrumentos financeiros derivativos.

6 Principais políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

(ii) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Todos os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações ent

idades controladas, mencionada na nota explicativa nº 1.1.

(iii) Participação de não controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iv) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Receita de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle do serviço prestado ao cliente.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

O Grupo atua no segmento de geração distribuída de energia solar e tem como receitas a locação de usinas Fotovoltaicas, a sublocação de terrenos onde estão instaladas suas usinas e a operação e manutenção de usinas fotovoltaicas. As receitas são reconhecidas a partir do momento em que o ativo é colocado à disposição do cliente devidamente conectado à rede de distribuição e gerando créditos de

energia às unidades consumidoras dos clientes.

c) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros ativos, despesas de juros e variações monetárias. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

d) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. O Grupo não concede benefícios de longo prazo a seus empregados.

e) Imposto de renda e contribuição social

Controladora e controladas (holdings)

A provisão para imposto de renda (IRPJ) foi constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Controladas (Sociedades de propósito específico – SPE)

O IRPJ e a CSLL são calculados observando-se os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, pelas alíquotas regulares de 15%, acrescidas de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Conforme facultado pela legislação tributária, as Controladas optaram pelo regime tributário de Lucro Presumido. Nestas Companhias, a base de cálculo do IRPJ e da CSLL é calculada a razão de 32%, por fim a razão de 100% sobre as receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

f) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, e são calculados com base nas taxas mencionadas na Nota explicativa nº 15. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Usinas Fotovoltaicas	25 anos
Computadores e equipamentos de informática	10 anos
Desmobilização usina solar	30 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g) Intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Amortização

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

(iv) *Reconhecimento das obrigações contratuais relacionadas à devolução de áreas (terrenos) ARO (Asset Retirement Obligation)*

A provisão refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, de retirada de serviço dos seus ativos. A obrigação é descontada a valor presente e, posteriormente, ajustada através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do contrato. As premissas e cálculo são atualizados em bases anuais. Eventual variação é registrada em contrapartida o passivo.

O reconhecimento das obrigações foi realizado nos exercícios de 2024 e 2025, conforme práticas contábeis mencionadas nas notas explicativas de nº 15 e 20.

h) Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado). O Grupo não possui ativo financeiro mensurado ao VJORA (Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

i) Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 30 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 30 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo a dota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro se encontra vencido e avalia-se que não há mais recursos eficientes para cobrança.

- O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

j) Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendador

Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando o Grupo é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente.

O Grupo reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita operacional pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Arrendamento operacional

A Companhia atua com a locação de sistemas de geração distribuída de energia solar (usinas fotovoltaicas). Para a classificação desses contratos sob a ótica da norma contábil (CPC 06 (R2) / IFRS 16), a Administração exerce julgamento para determinar se os riscos e benefícios inerentes à propriedade foram substancialmente transferidos aos clientes.

Com base nos contratos celebrados pelo Grupo, a Administração concluiu que tais instrumentos se qualificam como Arrendamento Operacional, fundamentada nos seguintes pontos:

- (a) **Vida Útil e Prazo:** O prazo contratual não cobre a maior parte da vida útil econômica dos equipamentos fotovoltaicos;
- (b) **Valor Presente:** A soma dos pagamentos mínimos contratuais não representa substancialmente todo o valor justo dos ativos no início do contrato;
- (c) **Controle e Manutenção:** A Companhia permanece responsável pela operação, manutenção preventiva e seguros dos bens (conforme acordos de O&M vinculados), mantendo a exposição à variação de performance do ativo e aos riscos de obsolescência tecnológica;

Dessa forma, os ativos continuam registrados no Imobilizado da Companhia e são depreciados ao longo de sua vida útil, enquanto as receitas de locação são reconhecidas de acordo com a dinâmica contratual.

(ii) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

k) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

I) Transações em moedas estrangeiras

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

Para os itens de adiantamentos a fornecedores estrangeiros, conforme ICPC 21, não há reconhecimento de variação cambial.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

A Companhia não adotou antecipadamente as normas, interpretações e alterações de pronunciamentos contábeis que possuem vigência para exercícios futuros. Consequentemente, estas demonstrações financeiras não contemplam os efeitos das normas abaixo descrita:

(i) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

- (i) A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como

as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

(ii) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Bancos conta movimento	169	258	14.357	14.741
Aplicações financeiras	-	-	2.727	55.257
	169	258	17.084	69.998

As aplicações financeiras referem-se a CDBs (certificados de depósitos bancários), de liquidez imediata e remuneradas a uma taxa média mensal de 75% a 100% do CDI (Certificado de depósito interbancário), em 2025 e 2024, sendo prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

9 Aplicação financeira restrita

	Consolidado	
	2025	2024
Ativo circulante		
Aplicação financeira restrita (i)	1.186	-
Ativo não circulante		
Aplicação financeira restrita (ii)	6.291	6.254
	7.477	6.254

(i) Referente a caixa restrito condicionado ao atendimento de condicionantes previstas na escritura de debêntures emitida pela controlada GDPAR SR.

(ii) Recursos aplicados no Banco do Nordeste do Brasil S.A (“BNB”) para atendimento de “covenants” previstos nos instrumentos de dívidas das controladas diretas Andrômeda Equipamentos Fotovoltaicos S.A e Buritizeiro Equipamentos Fotovoltaicos S.A, e as controladas indiretas UFV Goverde Ceara Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda, UFV Goverde Pernambuco 2 Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda, UFV Gdpar-Gv Ba1 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda, UFV Gdpar-Gv Pe1 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda e UFV Gdpar-Gv Ce1 Fotovoltaicos Ltda. Os recursos estão aplicados em cotas de Fundo de Investimento em Renda Fixa do BNB, com rentabilidade indexada a 100% do CDI.

10 Depósitos vinculados

	Consolidado	
	2025	2024
Curto prazo		
Conta reserva de Pagamento (a)	-	6.681
Longo prazo		
	9.669	-
Conta reserva do serviço da dívida (b)	44.292	13.763
Conta reserva de O&M (c)	4.542	1.200
	58.503	14.963
	58.503	21.644

Refere-se as condições estabelecidas contratualmente decorrente do financiamento da investida GDPAR SR, conforme apresentado abaixo e descrito na nota explicativa de nº 18:

- (a) Conta Reserva do Serviço da Dívida – valor correspondente a uma parcela integral da prestação vincenda, incluindo a amortização do valor nominal unitário atualizado e a remuneração das debêntures.
- (b) Conta Pagamento das Debêntures – valor equivalente ao acúmulo mensal de 1/6 (um sexto) da prestação vincenda, garantindo a disponibilidade dos recursos na data de vencimento.
- (c) Conta Reserva de O&M – montante de R\$ 4.542 (1.200 em 2024), atualizado anualmente pelo IPCA, destinado à cobertura das despesas operacionais e de manutenção.

11 Partes relacionadas

As operações de recursos com partes relacionadas não estão sujeitas à atualização monetária e não possuem vencimento determinado. Os saldos dessas contas correntes ao final de cada exercício podem ser assim apresentados:

(i) Saldos de ativos (Controladora)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativo circulante		
Compartilhamento de despesas (a)	9.531	16.341
GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A. (b)	3.206	43.206
GDPAR SP Participações em Projetos Solares S.A. (c)	45.089	43.620
GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A.	15	15
CSP Esplendor Energia Ltda	-	915
Solano Energia Ltda	413	413
Guaraci Energia Ltda	-	774
UFV GDPAR SP3 Equip. Fotovoltaicos Ltda	-	300
UFV GDPAR SP1 Equip. Fotovoltaicos Ltda	-	1.125
Partes relacionadas – Ativo	<u>58.254</u>	<u>106.709</u>

- (a) Compartilhamento de despesa da Companhia, conforme contrato, para as investidas (SPEs) relacionadas na nota explicativa 1.1.
- (b) Em 2022 ocorreu a redução de capital da GDPAR SN no montante de R\$ 127.156. Até 2025 foi recebido o montante de R\$ 123.950. Os valores ainda devidos não estão sujeitos a atualização monetária ou incidência de juros.
- (c) A Companhia possui valores a receber decorrentes de reduções de capital deliberadas pela investida GDPAR SP. Em outubro de 2024, foi aprovada a redução de capital no montante total de R\$ 93.245, dos quais R\$ 49.625 foram recebidos até o encerramento daquele exercício, sendo R\$ 44.975 por meio de transferência de caixa e R\$ 4.650 mediante transferência de ativos, resultando em saldo a receber de R\$ 43.620. No exercício de 2025, foram deliberadas reduções adicionais de capital da investida GDPAR SP, nos montantes de R\$ 38.952, em 1º de julho, R\$ 17.000, em 11 de julho, e R\$ 6.724, em 4 de setembro, totalizando R\$ 62.676. Ainda em 2025, a Companhia recebeu o montante de R\$ 86.564 a título de devolução de capital pela investida GDPAR SP. As referidas movimentações refletem a estratégia de desinvestimento parcial na investida, permanecendo registrado saldo a receber correspondente às reduções de capital já deliberadas e ainda não liquidadas.

(ii) Saldos de passivos (Controladora)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Passivo não circulante		
Andromeda Equipamentos Fotovoltaico S.A.	-	1.700
UFV GDPAR SP22 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	19	-
Partes relacionadas – Passivo	<u>19</u>	<u>1.700</u>

(iii) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total paga aos administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 totalizou R\$ 4.134 (R\$ 2.848 em 2024).

O Grupo não concede benefícios de longo prazo para o pessoal-chave da administração.

12 Contas a receber de clientes e outros recebíveis (Consolidado)

	Consolidado	
	2025	2024
Contas a receber de clientes (a)	4.811	9.407
Ativos de contratos com clientes (b)	40.273	34.076
	45.084	43.483

(a) Refere-se a receitas de serviços já prestados, calculados, aprovados e faturados aos clientes, que se encontram em carteira devido aos prazos de pagamentos contratuais. Em 2025 os valores referem-se, principalmente, aos clientes Evolua, Bolt, Drogaria São Paulo, Iguá, Flora, Raizen, Raia Drogasil S.A., Telefônica Brasil S.A., Origo, Magazine Luiza e Claro S.A. (em 2024 Raia Drogasil S.A., Telefônica Brasil S.A., Origo, Magazine Luiza e Claro S.A.).

(b) Créditos a faturar decorrentes da diferença entre a receita reconhecida pela geração de energia líquida das usinas com a receita compensada a qual é aferida pelas faturas dos clientes.

As contas a receber são valores a receber são originados das receitas de locação das usinas fotovoltaicas, sublocações de terras e serviços de operação e manutenção das usinas. As receitas a faturar representam as prestações de serviços realizadas, cujas aprovações, faturamentos e cobranças ocorrerão após a data de encerramento destas demonstrações financeiras.

A provisão para perdas esperadas com recebíveis é reconhecida para os valores em aberto por meio da análise individual das probabilidades de recebimento e clientes em situação de recuperação judicial, quando aplicável. A Companhia e controladas não apresentam contas a receber com títulos vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como não apresentam histórico de perdas com recebíveis e dessa forma, nenhuma provisão foi efetuada.

13 Investimentos

(i) Composição do saldo - Controladora

Investidas	% Participação	2025	2024
GDPAR SR PARTICIPACOES EM PROJETOS SOLARES S.A.	100	10.235	10.826
GDPAR SP PARTICIPACOES EM PROJETOS SOLARES LTDA	100	78.889	75.943
GDPAR SN PARTICIPACOES EM PROJETOS SOLARES S.A. (a)	100	104.535	105.155
UFV GDPAR AL1 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA.	100	-	(224)
UFV GDPAR BA1 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	4	5
UFV GDPAR BA3 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA.	100	1	2
UFV GDPAR BA6 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	29	17
UFV GDPAR BA8 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA.	100	11	11
UFV GDPAR BA9 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA.	100	53	53
UFV GDPAR CE1 FOTOVOLTAICOS LTDA	100	10	9
UFV GDPAR CE3 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	26	26
UFV GDPAR CE4 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	778	777
UFV GDPAR CE5 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	185	184
UFV GDPAR CE6 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	295	295
UFV GDPAR GO1 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	40	60
UFV GDPAR-GV BA2 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA.	100	-	15.792
UFV GDPAR MG1 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA.	100	-	3.390
UFV GDPAR MS1 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	393	213
UFV GDPAR MT1 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICA LTDA	100	247	247
UFV GDPAR MT2 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	93	94
UFV GDPAR PE1 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	290	297
UFV GDPAR RJ2 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	69	69
UFV GDPAR SP1 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	-	26.177
UFV GDPAR SP15 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	78	77
UFV GDPAR SP16 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	253	253
UFV GDPAR SP2 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	30	-
UFV GDPAR SP22 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	51	58
UFV GDPAR SP8 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	37	37
UFV GDPAR-GV DF1 EQUIPAMENTOS LTDA	100	116	185
UFV GDPAR-GV PA1 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	5.720	5.720
UFV GOVERDE DF 8 ALUGUEL DE INFRAESTRUTURA SPE LTDA	100	43	43

GD Geração Distribuída Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025

Investidas	% Participação	2025	2024
ANDROMEDA EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICO S.A.	100	5.052	7.471
BURITIZEIRO EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS S.A.	100	5.742	3.691
GDPAR SH PARTICIPACOES EM PROJETOS SOLARES LTDA	100	39.830	51.334
UFV GDSUN PB2 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	66	-
Total		253.201	308.287
Investimentos		253.201	308.257
Provisão para perdas de investimentos		(225)	-
(=)		252.976	308.287

- (a) Em 31 de janeiro de 2025, em AGE da investida GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A Companhia aprovou: (i) a redução de capital em R\$ 26.787 com a versão do acervo cindido para a investida GDPAR SP, correspondente às participações nas empresas: (i) UFV GDSUN PB1 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda., avaliada pelo patrimônio líquido a R\$ 15.960; e (ii) UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda, avaliada pelo patrimônio líquido a R\$ 10.827 e, (ii) A incorporação da UFV GDPAR MG1 Equipamentos Fotovoltaicos S.A no montante de R\$ 3.393;

Em 28 de fevereiro de 2025, a AGE da Companhia aprovou o aumento de capital para a investida GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A em R\$ 29.786 com a integralização mediante conferência das participações societárias detidas pela Companhia, para a investida GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A, nas empresas (i) UFV GDPAR MG1 Equip. Fotovoltaicos S.A, avaliada pelo patrimônio líquido a R\$ 3.393; e (ii) UFV GDPAR SP1 Equip. Fotovoltaicos S.A, avaliada pelo patrimônio líquido a R\$ 26.393.

Em 28 de março de 2025, a AGE da investida GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A aprovou o aumento de capital no valor de R\$ 13.298, sem emissão de novas de ações, com a integralização de AFAC aportados pela controladora, GDSun, e já registrado no patrimônio líquido da Companhia.

(ii) Movimentação dos investimentos

Movimentação dos investimentos	2025	2024
Saldo inicial dos investimentos e Adiantamentos para futuro aumento de capital	308.287	369.257
Aumento de capital em controladas com caixa	25.142	41.218
Aumento de capital em controladas com ativos	7.173	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	16.151
Equivalência patrimonial	(8.480)	(8.798)
Redução de capital em controladas	(69.086)	(106.523)
Baixa de empresas extintas	-	(1.465)
Redução de capital com ativos	(8.627)	-
Dividendos	(1.433)	(1.553)
Provisão para perdas de investimentos	225	-
Saldo final de investimentos	253.201	308.287

(iii) Dados sobre controladas

	%	Patrimônio líquido	Resultado – a)	Investimento	Equivalência – a)
INVESTIDA					
GDPAR SH PARTICIPACOES EM PROJETOS SOLARES LTDA	100	39.830	(515)	39.830	(515)
GDPAR SN PARTICIPACOES EM PROJETOS SOLARES S/A	100	104.535	(4.164)	104.535	(4.164)
GDPAR SP PARTICIPACOES EM PROJETOS SOLARES LTDA	100	78.889	(3.116)	78.889	(3.116)
GDPAR SR PARTICIPACOES EM PROJETOS SOLARES S.A.	100	10.235	(2.330)	10.235	(2.330)
ANDRÔMEDA EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS S.A	100	5.052	715	5.052	715
BURITIZEIRO EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS S.A.	100	5.742	1.092	5.742	1.092
UFV GDPAR AL1 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA.	100	(225)	(23)	(225)	(23)
UFV GDPAR BA1 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	4	(20)	4	(20)
UFV GDPAR BA3 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA.	100	1	(22)	1	(22)
UFV GDPAR BA6 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	29	(31)	29	(31)
UFV GDPAR BA8 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA.	100	11	(13)	11	(13)
UFV GDPAR BA9 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA.	100	53	(13)	53	(13)
UFV GDPAR CE1 FOTOVOLTAICOS LTDA	100	10	(20)	10	(20)
UFV GDPAR CE3 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	26	(10)	26	(10)
UFV GDPAR CE4 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	778	(9)	778	(9)
UFV GDPAR CE5 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	185	(20)	185	(20)
UFV GDPAR CE6 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	295	(20)	295	(20)
UFV GDPAR GO1 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	40	(20)	40	(20)
UFV GDPAR MS1 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	393	(22)	393	(22)
UFV GDPAR MT1 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICA LTDA	100	247	(10)	247	(10)
UFV GDPAR MT2 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	93	(10)	93	(10)
UFV GDPAR PE1 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	290	(20)	290	(20)
UFV GDPAR RJ2 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	69	(9)	69	(9)
UFV GDPAR SP15 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	78	(9)	78	(9)
UFV GDPAR SP16 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	253	(9)	253	(9)
UFV GDPAR SP22 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	51	(7)	51	(7)
UFV GDPAR SP8 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	37	(9)	37	(9)
UFV GDPAR-GV DF1 EQUIPAMENTOS LTDA	100	116	(9)	116	(9)
UFV GDPAR-GV PA1 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	5.720	(20)	5.720	(20)
UFV GOVERDE DF 8 ALUGUEL DE INFRAESTRUTURA SPE LTDA	100	43	(10)	43	(10)
UFV GDSUN PB2 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	66	(1)	66	(1)
UFV GDPAR SP2 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	100	30	(1)	30	(1)
				252.976	(8.684)

- a) Os saldos contemplam o resultado do exercício de 2025 das controladas, não incluindo os efeitos de equivalência patrimonial das investidas que deixaram de ser controladas ao longo do período, ainda que tenham sido reconhecidos em parte do exercício.

14 Imobilizado e outros ativos

A Companhia avaliou, em 31 de dezembro de 2025 a recuperabilidade de seus ativos imobilizados, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis, e não identificou a necessidade de constituição de perdas por redução ao valor recuperável (impairment).

a) Controladora

(i) Composição da conta

	Taxa média de depreciação % a.a	Vida útil em anos	Controladora			
			2024		2025	
			Líquido	Custos	Depreciação acumulada	Líquido
Outros ativos (a)	-	-	31.246	31.950	-	31.950
Computadores e periféricos	20	5	407	709	(347)	362
Imobilizado em andamento	-	-	1.319	1.688	-	1.688
Total do Imobilizado			1.726	2.397	(347)	2.050
Total de outros ativos e imobilizado			32.972	34.347	(347)	34.000

(a) Composto na sua maioria por módulos fotovoltaicos, adiantamentos a fornecedores para aquisição de equipamentos fotovoltaicos e serviços técnicos que serão alocados em SPEs específicas a serem definidas pela administração. Os respectivos ativos são transferidos para a rubrica de ativo imobilizado quando forem alocados nas SPEs através de aporte de capital.

(ii) Movimentação 2025

	2024		2025					
	Taxa de depreciação % aa	Saldo Inicial	Adições	Transferências intercompany	Adição por extinção de SPE's	Transferências	Baixas / Reclassificações	Saldo final
Outros ativos	-	31.246	1.026	1.459	-	(6)	(1.775)	31.950
Computadores e periféricos	20%	634	69	-	-	6	-	709
Imobilizado em andamento	-	1.323	-	(5)	-	-	370	1.688
Depreciação		(231)	(116)	-	-	-	-	(347)
Total		32.972	979	1.454	-	-	1.405	34.000

(iii) Movimentação 2024

	2023		2024					
	Taxa de depreciação % aa	Saldo Inicial	Adições	Transferências intercompany	Adição por extinção de SPE's (a)	Transferências	Baixas / Reclassificações	Saldo final
Outros ativos	-	22.808	5.696	4.650	1.508	(53)	(3.363)	31.246
Computadores e periféricos	20%	430	151	-	-	53	-	634
Benfeitoria em imóveis de terceiros	-	-	4	-	-	-	-	4
Imobilizado em andamento	-	1.319	-	-	-	-	-	1.319
Depreciação		(129)	(102)	-	-	-	-	(231)
Total		24.428	5.749	4.650	1.508	-	(3.363)	32.972

Os saldos são de SPE's que foram extintas em 2024 e os saldos foram contabilizados diretamente na Companhia.

b) Consolidado

(i) Composição da conta

	Taxa média de depreciação % a.a	Vida útil em anos	Consolidado – e)			
			2024		2025	
			Líquido	Custos	Depreciação acumulada	Líquido
Computadores e periféricos	20	5	423	731	(358)	373
Outras máquinas e equipamentos	20	5	8.464	11.264	(3.378)	7.886
Móveis e utensílios	10	10	22	53	(4)	49
Instalações	10	10	25	136	(124)	12
Obra de conexão de rede	3,33	30	2.500	3.338	(175)	3.163
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	4	115	(111)	4
Total de ativo em uso			11.438	15.637	(4.150)	11.487
Imobilizado em andamento (c)	-	-	146.779	113.718	-	113.718
Adiantamento para inversões fixas (a)	-	-	62.203	45.685	-	45.685
Total de outros ativos			208.982	159.403	-	159.403
Imobilizado para arrendamento operacional:						
Usinas fotovoltaicas (b)	4	25	737.408	913.837	(117.164)	796.673
Total de ativos para arrendamento operacional			737.408	913.837	(117.164)	796.673
Ativo de desmobilização						
Ativo de desmobilização (d)	4	25	5.374	9.026	(832)	8.194
Total Geral do Ativo Imobilizado			963.202	1.097.903	(122.146)	975.757

- (a) São adiantamentos a fornecedores (Epcistas) responsáveis pelas aquisições e instalações dos equipamentos das usinas fotovoltaicas.
- (b) Ativos subjacentes objetos de arrendamentos operacionais.
- (c) Ativos de Usinas Fotovoltaicas em construção com cronogramas de implantação em diferentes estágios. A conclusão e entrada em operação acontecerá ao longo de 2026. Incluso nessa rubrica o total de R\$ 2.906 de capitalização de juros dos projetos em fase de implantação.
- (d) Em 2023 e 2024 a Companhia registrou custo estimado de desmobilização e será depreciado ao longo da vida útil remanescente do ativo, conforme detalhado na nota explicativa nº 20.
- (e) A Companhia avalia, anualmente, pelo método do fluxo de caixa descontado, se há indicadores de que o valor contábil de seus ativos imobilizados possa não ser recuperável. Em decorrência dos prejuízos operacionais observados no exercício de 2025 e anteriores, a Administração realizou o teste de recuperabilidade (impairment) de suas Unidades Geradoras de Caixa (UGC) e concluiu que valor recuperável estimado foi superior ao valor contábil líquido na data base de 31 de dezembro de 2025. Portanto, a Administração concluiu que não há necessidade de reconhecimento de provisão para perdas por desvalorização nestas demonstrações financeiras.

(ii) Movimentação 2025

	Consolidado						
	2024	2025					
	Saldo Inicial	Adições	Remensuração	Baixa por alienação (b)	Baixas (c)	Transferências	Saldo Final
Taxa de depreciação % a.a.							
Custo							
Computadores e periféricos	20	659	66	-	-	6	731
Outras máquinas e equipamentos	20	11.259	5	-	-	-	11.264
Móveis e utensílios	10	24	29	-	-	-	53
Instalações	-	136	-	-	-	-	136
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	115	-	-	-	-	115
Imobilizado em andamento (a)	-	146.988	52.154	(2.766)	(208)	(82.450)	113.718
Obras de rede	3,33	2.654	515	-	(139)	308	3.338
Adiantamento para inversões fixas	-	62.202	-	(17)	(1.772)	(14.728)	45.685
Total de imobilizado e outros ativos		224.037	52.769	-	(2.783)	(2.119)	175.040
Ativos objetos de arrendamentos:							
Usinas fotovoltaicas	4	819.444	3.930	-	(6.401)	96.864	913.837
Total de ativos para arrendamento operacional		819.444	3.930	-	(6.401)	96.864	913.837
Ativo de desmobilização							
Ativo de desmobilização	3,5	6.084	685	2.257	-	-	9.026
Depreciação							
Computadores e periféricos	20	(236)	(122)	-	-	-	(358)
Usinas fotovoltaicas	4	(82.244)	(34.920)	-	-	-	(117.164)
Móveis e utensílios	10	(2)	(2)	-	-	-	(4)
Instalações	-	(111)	(13)	-	-	-	(124)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	(111)	-	-	-	-	(111)
Outras máquinas e equipamentos	20	(2.795)	(583)	-	-	-	(3.378)
Desmobilização	3,5	(710)	(122)	-	-	-	(832)
Obras de rede	3,33	(154)	(21)	-	-	-	(175)
Total Depreciação		(86.363)	(35.783)	-	-	-	(122.146)
Total do ativo imobilizado		963.202	21.601	2.257	(2.783)	(8.520)	975.757

- (i)** Inclui a capitalização de gastos dos projetos em fase pré-operacional no total de R\$ 911, sendo R\$ 543 de depreciação de direito de uso e R\$ 368 de juros sobre financiamentos.
- (b) Baixa por alienação do projeto de Adolfo alocado na SPE Guaraci Energia LTDA;
- (c) Reembolso de seguro no montante de R\$ 4.415 referente aos projetos de Alexandria (Goverde Ceara, Gdpar gv Ba1, Parque Solar São Francisco e Goverde Pernambuco); R\$ 1.615

referente a reembolso de seguro operacional de danos materiais; R\$ 3.653 referente a reembolso de custos de conexão de rede de distribuição; Compensação de adiantamentos do Fornecedor Solargrid no montante de R\$ 14.408;

Movimentação 2024

	Consolidado						
	2023	2024					
	Saldo Inicial	Adições (a)	Remensuração	Transferências intercompany	Baixas (b)	Transferências	Saldo Final
Taxa de depreciação % a.a.							
Custo							
Computadores e periféricos	20	458	153	-	-	48	659
Outras máquinas e equipamentos	20	11.163	91	-	-	5	11.259
Móveis e utensílios	10	5	19	-	-	-	24
Instalações	-	136	-	-	-	-	136
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	111	4	-	-	-	115
Imobilizado em andamento	-	305.731	87.843	-	(7.125)	(239.461)	146.988
Obras de rede	3,33	726	10	-	-	1.918	2.654
Adiantamento para inversões fixas	-	76.989	14.377	-	(17.000)	(12.164)	62.202
Total de imobilizado e outros ativos		395.319	102.497	-	-	(24.125)	224.037
Ativos objetos de arrendamentos:							
Usinas fotovoltaicas	4	570.737	260	-	(1.207)	249.654	819.444
Total de ativos para arrendamento operacional		570.737	260	-	(1.207)	249.654	819.444
Ativo de desmobilização							
Ativo de desmobilização	3,5	9.294	2.130	(5.340)	-	-	6.084
Depreciação							
Computadores e periféricos	20	(129)	(107)	-	-	-	(236)
Usinas fotovoltaicas	4	(54.147)	(28.097)	-	-	-	(82.244)
Móveis e utensílios	10	(1)	(1)	-	-	-	(2)
Instalações	-	(98)	(13)	-	-	-	(111)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	(111)	-	-	-	-	(111)
Outras máquinas e equipamentos	20	(2.179)	(616)	-	-	-	(2.795)
Desmobilização	3,5	(251)	(459)	-	-	-	(710)
Obras de rede	3,33	(137)	(17)	-	-	-	(154)
Total Depreciação		(57.053)	(29.310)	-	-	-	(86.363)
Total do ativo imobilizado		918.297	75.577	(5.340)	-	(25.332)	963.202

(a) As adições contemplam a capitalização de R\$ 291 de depreciação de direito e uso e R\$ 1.258 de juros sobre passivos de arrendamentos das usinas em estágio de desenvolvimento e implantação.

- (b) O valor baixado no exercício refere-se a um adiantamento a fornecedor de imobilizado que não cumpriu integralmente as especificações do contrato firmado com a Companhia, tornando necessária a baixa desse ativo. No entanto, durante o exercício, a Companhia recebeu um ressarcimento de R\$ 21.085, oriundo da apólice de seguros vinculada ao contrato, com efeito no caixa em 31 de dezembro de 2024.

15 Intangível

(i) Composição da conta

Controladora					
2025					
	Taxa média de amortização % a.a	Vida útil em anos	Custos	Amortização Acumulada	Líquido
Software	20	5	52	(52)	-
Mais-valia	-	-	8.787	-	8.787
Carteira de clientes	6,66	-	23.942	(2.794)	21.148
Gastos com desenvolvimento solar	-	-	721	-	721
Gastos com consultoria	-	-	4.718	-	4.718
Gastos com licença ambiental	-	-	28	-	28
Total dos intangíveis			38.248	(2.846)	35.402

Consolidado					
2025					
	Taxa média de amortização % a.a	Vida útil em anos	Custos	Amortização Acumulada	Líquido
Software	20	5	52	(52)	-
Mais-valia	-	-	11.379	-	11.379
Carteira de clientes	6,66	-	23.942	(2.794)	21.148
Gastos com desenvolvimento solar	-	-	1.243	-	1.243
Gastos com consultoria	-	-	3.915	-	3.915
Gastos com consultoria Técnica	-	-	862	-	862
Gastos com licença ambiental	-	-	397	-	397
Total dos intangíveis			41.790	(2.846)	38.944

Controladora					
2024					
	Taxa média de amortização % a.a	Vida útil em anos	Custos	Amortização Acumulada	Líquido
Software	20	5	52	(52)	-
Mais-valia	-	-	8.787	-	8.787
Carteira de clientes	6,66	-	-	-	-
Gastos com desenvolvimento solar	-	-	721	-	721
Gastos com consultoria	-	-	4.649	-	4.649
Gastos com licença ambiental	-	-	28	-	28
Total dos intangíveis			14.237	(52)	14.185

Consolidado					
2024					
	Taxa média de amortização % a.a	Vida útil em anos	Custos	Amortização Acumulada	Líquido
Software	20	5	52	(52)	-
Mais-valia	-	-	11.379	-	11.379
Carteira de clientes	6,66	-	23.942	(1.836)	22.106
Gastos com desenvolvimento solar	-	-	1.243	-	1.243
Gastos com consultoria Técnica	-	-	3.915	-	3.915
Gastos com consultoria	-	-	774	-	774
Gastos com licença ambiental	-	-	59	-	59
Total dos intangíveis			41.364	(1.888)	39.476

(ii) Movimentação 2025

	Controladora					
	2024		2025			
	Taxa de amortização % aa	Saldo Inicial	Adições	Transferências intercompany	Amortização	Saldo Final
Software	20	52	-	-	-	52
(-) Amortização software	20	(52)	-	-	-	(52)
Mais valia	-	8.787	-	-	-	8.787
Carteira de clientes (a)	-	-	-	23.942	-	23.942
(-) Amortização carteira de clientes (a)	-	-	-	(1.836)	(958)	(2.794)
Gastos com desenvolvimento solar	-	721	-	-	-	721
Gastos com consultoria	-	4.649	69	-	-	4.719
Gastos com licença ambiental	-	28	-	-	-	28
Total		14.185	69	22.106	(958)	35.402

	Consolidado					
	2024		2025			
	Taxa de amortização % aa	Saldo Inicial	Adições	Baixa	Amortização	Saldo Final
Software	20	52	-	-	-	52
(-) Amortização software	20	(52)	-	-	-	(52)
Mais valia	-	11.379	-	-	-	11.379
Carteira de clientes (a)	-	23.942	-	-	-	23.942
(-) Amortização carteira de clientes (a)	-	(1.836)	-	-	(958)	(2.794)
Gastos com desenvolvimento solar	-	1.243	-	-	-	1.243
Gastos com consultoria Técnica	-	3.915	-	-	-	3.915
Gastos com consultoria	-	774	88	-	-	862
Gastos com licença ambiental	-	59	338	-	-	397
Total		39.476	426	-	(958)	38.944

(d) A carteira de clientes adquirida na combinação de negócios (Andrômeda e Buritizeiro), realizada em fevereiro de 2023, foi reconhecida no momento inicial, pelo valor justo de R\$ 23.942. Em 2025 foi realizado amortização de R\$ 958.

(iii) Movimentação 2024

	Controladora					
	2023		2024			
	Taxa de amortização % aa	Saldo Inicial	Adições	Adição por extinção de SPE's	Amortização	Saldo Final
Software	20	52	-	-	-	52
(-) Amortização software	20	(48)	-	-	(4)	(52)
Mais valia	-	8.787	-	-	-	8.787
Gastos com desenvolvimento solar	-	578	-	143	-	721
Gastos com consultoria	-	4.406	240	3	-	4.649
Gastos com licença ambiental	-	10	-	18	-	28
Total		13.785	240	164	(4)	14.185

	Consolidado					
	2023		2024			
	Taxa de amortização % aa	Saldo Inicial	Adições	Baixa	Amortização	Saldo Final
Software	20	52	-	-	-	52
(-) Amortização software	20	(48)	-	-	(4)	(52)
Mais valia	-	11.379	-	-	-	11.379
Carteira de clientes (a)	-	23.942	-	-	-	23.942
(-) Amortização carteira de clientes (a)	-	-	-	-	(1.836)	(1.836)
Gastos com desenvolvimento solar	-	1.047	196	-	-	1.243
Gastos com consultoria técnica	-	3.611	304	-	-	3.915
Gastos com licença ambiental	-	16	43	-	-	59
Gastos com consultoria	-	825	-	(51)	-	774
Gastos com arrendamento de terras	-	-	-	-	-	-
Total		40.824	543	(51)	(1.840)	39.476

(a) A carteira de clientes adquirida na combinação de negócios (Andrômeda e Buritizeiro), realizada em fevereiro de 2023, foi reconhecida no momento inicial, pelo valor justo de R\$ 23.942. Em 2024 foi realizado amortização de R\$ 1.836.

16 Arrendamentos

(a) Arrendamentos como arrendatário

O Grupo arrenda terras para instalação de Usinas Fotovoltaicas. Esses arrendamentos referem-se a escrituras de direito real de superfície com prazo médio de duração de 30 anos, ajustado a valor presente pela taxa de CDI + spread de 3,1%, 2,43% e 3,25% a.a. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente pela inflação do período. O Grupo faz a sublocação desses arrendamentos para os clientes arrendatários das usinas fotovoltaicas.

1. Ativos de direito de uso

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Direito de Uso de Superfície	5.638	4.596	66.216	61.760
(-) Depreciação Acumulada	(242)	(184)	(7.054)	(5.085)
Total Direito de Uso	5.396	4.412	59.162	56.675

(i) Movimentação 2025

	Controladora				
	2024		2025		
	Taxa de depreciação % aa	Saldo Inicial	Adição	Baixa	Saldo Final
Direto de uso de Superfície	3,33	4.596	1.052	-	5.638
(-) Depreciação Acumulada	3,33	(184)	(58)	-	(242)
Total		4.412	994	-	5.396

	Consolidado					
	2024		2025			
	Taxa de depreciação % aa	Saldo Inicial	Remensurações	Adições	Baixas	Saldo Final
Direto de uso de Superfície	3,33	61.760	2.656	2.163	(363)	66.216
(-) Depreciação acumulada	3,33	(5.085)	-	(1.997)	28	(7.054)
Total		56.675	2.656	166	(335)	59.162

(ii) Movimentação 2024

	Controladora				
	2023		2024		
	Taxa de depreciação % aa	Saldo Inicial	Adição por extinção de SPE's (a)	Baixa	Saldo Final
Direto de uso de Superfície	3,33	-	4.596	-	4.596
(-) Depreciação Acumulada	3,33	-	(184)	-	(184)
Total		-	4.412	-	4.412

(a) Os saldos são de SPE's que foram extintas em 2024 e os saldos foram contabilizados diretamente na Companhia.

	Consolidado				
	2023		2024		
	Taxa de depreciação % aa	Saldo Inicial	Adições (a)	Outras mov.	Saldo Final
Direto de uso de Superfície	3,33	57.974	3.746	40	61.760
(-) Depreciação acumulada	3,33	(3.670)	(1.415)	-	(5.085)
Total		54.304	2.331	40	56.675

(a) Parte da depreciação incorrida foi capitalizada no ativo imobilizado das usinas pré-operacionais no valor de R\$291.

2. Passivos de arrendamento

(i) Movimentação 2025

	2024	Controladora			Saldo Final
		2025			
Descrição		Adição	Juros	Pagamentos de juros	
Direito de uso de superfície	5.230	1.042	25	(36)	6.261
Total de arrendamentos	5.230	1.042	25	(36)	6.261
Circulante	966				1.002
Não Circulante	4.264				5.259

	2024	Consolidado					Saldo Final
		Remensurações -a)	Baixa	Adição	Juros	Pagamentos de juros	
Direito de uso de superfície	61.910	2.656	(292)	2.163	7.470	(7.126)	66.781
Total de arrendamentos	61.910	2.656	(292)	2.163	7.470	(7.126)	66.781
Circulante	7.321						11.712
Não Circulante	54.589						55.069

- a) Em 2025 houve reajuste nos valores dos aluguéis, conforme previsto nos contratos;
 b) Parte dos juros incorridos foram capitalizados no ativo imobilizado das usinas pré-operacionais no valor de R\$2.309.

(ii) Movimentação 2024

	2023	Controladora			Saldo Final
		2024			
Descrição		Adição por extinção de SPE's (a)	Juros	Pagamentos de juros	
Direito de uso de superfície	-	5.230	-	-	5.230
Total de arrendamentos	-	5.230	-	-	5.230
Circulante	-				966
Não Circulante	-				4.264

- (a) Os saldos são de SPE's que foram extintas em 2024 e os saldos foram contabilizados diretamente na Companhia.

	2023	Consolidado			Saldo Final
		2024			
Descrição		Remensurações	Juros (a)	Pagamentos de juros	
Direito de uso de superfície	59.422	3.746	5.210	(6.468)	61.910
Total de arrendamentos	59.422	3.746	5.210	(6.468)	61.910
Circulante	5.554				7.321
Não Circulante	53.868				54.589

Parte dos juros incorridos foram capitalizados no ativo imobilizado das usinas pré-operacionais no valor de R\$1.258.

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores				
Fornecedores de ativo imobilizado	5.384	5.285	13.531	16.211
Fornecedores de serviço	13	164	69	243
Outros	318	26	486	210
Total de Fornecedores	5.715	5.475	14.086	16.664

18 Empréstimos, financiamentos de debêntures

	Instituição	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Instituição:	Instituição				
Notas promissórias comerciais (a)	Itaú BBA	-	-	184.210	187.448
Debêntures (b)	Oliveira Trust / Opea	-	-	397.054	337.850
Financiamentos (c)	Banco do Nordeste do Brasil S.A e ABC	-	-	159.300	133.415
Notas comerciais públicas (d)	ABC	-	62.815	-	62.815
Total		-	62.815	740.564	721.528
Circulante		-	62.815	591.933	419.469
Não Circulante		-	-	148.631	302.059

(a) Notas promissórias

Referem-se a 20 notas promissórias de R\$ 8.000 cada, emitidas em 22/10/2021, sem cláusulas restritivas, com vencimentos entre 22/04/2022 e 22/04/2024, remuneradas a CDI + 2,43% a.a., com pagamento semestral.

Foram integralmente liquidadas em 22/04/2024 com recursos da emissão de debêntures (vide item (f)).

Possuem como garantia a alienação fiduciária de 100% das ações da GDpar SR e de suas SPEs vinculadas.

(b) Debêntures

(i) Em 09/04/2024, a GDPAR SR emitiu debêntures simples, não conversíveis, com garantia real, em duas séries (R\$ 110.000 e R\$ 80.000), com vencimento em 15/10/2039.

Remuneração: IPCA + 9,3281% a.a.

Garantias: fiança da controladora (com possibilidade de liberação), alienação fiduciária de ações e equipamentos e cessão fiduciária de direitos creditórios.

A Companhia deve manter ICSD \geq 1,20.

(ii) Em 17/08/2022, a GDPAR SN emitiu debêntures simples, não conversíveis, com vencimento em 26/02/2025, remuneradas a CDI + 2,35% a.a., com pagamento semestral.

(iii) Em 31/01/2025, a GDPAR SN realizou a 2ª emissão de debêntures, dividida em duas séries:

- Série Ponte: R\$ 380.000, CDI + 2,51% a.a., liquidada em 14/02/2025, destinada ao resgate da 1ª emissão;
- Série Incentivada: até R\$ 425.000, IPCA + taxa baseada na NTN-B 2032 + 1,525% a.a.

As séries não coexistem.

Em 18/02/2025, houve o resgate antecipado da 1ª emissão (R\$ 344.814).

(iv) Em maio de 2025, ocorreu a integralização da Série Incentivada (R\$ 415.000.000), com vencimento em 15/12/2039 e remuneração de IPCA + 9,1131% a.a., cujos recursos foram utilizados para liquidar a Série Ponte.

Garantias: alienação fiduciária de equipamentos e ações, cessão de recebíveis e fiança da controladora.

A Companhia deve manter ICSD \geq 1,20.

(d) Notas comerciais

(i) Notas comerciais privadas contratadas em 08/11/2023 com o Banco ABC, no valor de R\$ 16.000, prazo de 24 meses, remuneradas a CDI + 3,6% a.a., com vencimento em 10/11/2025.

Saldo integralmente liquidado.

(ii) Notas comerciais públicas emitidas pela controladora no valor de R\$ 60.000, remuneradas a CDI + 3,25% a.a., com vencimento em 14/07/2025.

Houve amortizações em 2025, incluindo pagamento extraordinário de R\$ 25.000.

(e) Financiamentos

Financiamentos junto ao Banco do Nordeste para construção de parques solares, com taxas entre IPCA + 1,68% a.a. e IPCA + 5,48% a.a. (considerando bônus de adimplência), e vencimentos entre 2032 e 2047.

Garantias: cessão fiduciária de contas reserva e fiança bancária.

Não possuem covenants financeiros.

Contrato de fiança

A GDPAR SP Participações em Projetos Solares Ltda identificou o não atendimento do covenant financeiro de ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) previsto no contrato de fiança (CPG). Esse não cumprimento decorre, substancialmente, do estágio pré-operacional de parcela relevante dos projetos ao longo de 2025, incluindo as usinas Horizonte, Caracará, Campestre I e II, Campestre III e IV, Barra do Arará e Aliança, cujas operações ainda não refletiam integralmente a capacidade de geração de caixa do portfólio. Adicionalmente, eventual descumprimento do ICSD não enseja vencimento antecipado das dívidas junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., podendo resultar apenas na eventual substituição das cartas de fiança, para a qual a Companhia dispõe de alternativas viáveis no mercado. A Administração não antecipa impactos adversos relevantes sobre a posição financeira, classificação das obrigações ou continuidade operacional da Companhia, considerando, ainda, a expectativa de entrada em operação plena dos projetos ao longo de 2026, o que deverá suportar o atendimento aos covenants contratuais nos exercícios subsequentes.

Covenants e reclassificação

(i) As investidas GDPAR SR e GDPAR SN não atingiram o ICSD mínimo de 1,20 em 31/12/2025, resultando na reclassificação de R\$ 539.589 para o passivo circulante.

Em 27/03/2026, foi obtido waiver junto à instituição financeira, afastando o vencimento antecipado. Assim, o saldo será reclassificado para o longo prazo no 1º trimestre de 2026. Vide notas explicativas: 1.3 (Continuidade Operacional) e 28 (Eventos Subsequentes).

i) Movimentações no saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures

a) Movimentação de 2025

	2024	Consolidado							
		2025							
Tipo		Contratação	Outras mov.	Custos de transação	Juros (i)	Amort. custo transação	Pagamento de juros	Pagamento principal	Saldo Final
Notas Promissórias	187.448	185.060	-	(467)	25.477	118	(17.234)	(196.191)	184.210
Debêntures	337.850	795.000	-	(3.816)	51.122	395	(36.727)	(746.770)	397.054
Financiamentos	133.415	42.147	-	(2.841)	12.631	344	(12.931)	(13.465)	159.300
Notas comerciais públicas	62.815	-	-	(31)	3.760	1.246	(7.790)	(60.000)	-
Total	721.528	1.022.207	-	(7.156)	92.990	2.103	(74.682)	(1.016.426)	740.564
Circulante	419.469								52.344
Não Circulante	302.059								688.220

(i) Parte dos juros incorridos e amortização de custos de captação foram capitalizados no ativo imobilizado das usinas pré-operacionais no valor de R\$368.

	2024	Controladora							
		2025							
Tipo		Contratação	Outras mov.	Custos de transação	Juros	Amort. custo transação	Pagamento de juros	Pagamento principal	Saldo Final
Notas comerciais públicas	62.815	-	-	(31)	3.760	1.246	(7.790)	(60.000)	-
Total	62.815	-	-	(31)	3.760	1.246	(7.790)	(60.000)	-
Circulante	62.815								-
Não Circulante	-								-

b) Movimentação de 2024

	Consolidado								
	2023	2024							
Tipo		Contratação	Entrada de empresa Consolidada	Custos de transação	Juros	Amort. custo transação	Pagamento de juros	Pagamento principal	Saldo Final
Notas Promissórias	173.521	190.000	-	(1.848)	24.720	365	(8.748)	(190.562)	187.448
Debêntures	338.691	-	-	(293)	41.694	2.516	(43.387)	(1.371)	337.850
Financiamentos	38.499	107.689	-	(3.220)	7.486	-	(5.716)	(11.323)	133.415
Notas comerciais públicas	63.486	-	-	(366)	8.328	-	(8.633)	-	62.815
Total	614.197	297.689	-	(5.727)	82.228	2.881	(66.484)	(203.256)	721.528
Circulante	194.193								419.469
Não Circulante	420.004								302.059

Tipo	Controladora								
	2023	2024							Saldo Final
		Contratação	Entrada de empresa Consolidada	Custos de transação	Juros	Amort. custo transação	Pagamento de juros	Pagamento principal	
Notas comerciais públicas	63.486	-	-	(366)	8.328	-	(8.633)	-	62.815
Total	63.486	-	-	(366)	8.328	-	(8.633)	-	62.815
Circulante	4.335								62.815
Não Circulante	59.151								-

ii) Vencimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

Período	Consolidado	
	2025	2024
2025	-	419.469
2026	53.779	16.755
2027	48.086	17.963
2028	50.864	19.088
2029 e após	587.835	248.253
Total	740.564	721.528

19 Provisão para desmobilização

Para as controladas que exploram parques solares instalados em terrenos de terceiros, foi constituída provisão para desmobilização dos ativos ao final do prazo do contrato. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente ajustada ao valor presente e às mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo foram capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e é depreciado ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de provisão para desmobilização totaliza R\$ 11.517 (R\$ 7.752 em 2024).

20 Patrimônio líquido

(i) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social, subscrito e integralizado, é de R\$ 487.600, representado por 487.599.644 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme apresentado no quadro abaixo:

31 de dezembro de 2025 e 2024			
Acionista	Ações ordinárias	%	RS
FRANKLIN SERVTEC ENERGIA - FIP-M	487.599.644	100	487.600
	487.599.644	100	487.600

(ii) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, em 2025 e 2024 a Companhia apurou prejuízo, motivo pelo qual não houve constituição de reserva legal no exercício de 2025 e de 2024.

Destinação de lucros

Conforme o estatuto social da Companhia, todo o lucro remanescente após a constituição da reserva será revertido ao caixa da Companhia e direcionados para reinvestimento nos negócios da Companhia. Durante os exercícios de 2025 e 2024 a Companhia não distribuiu dividendos aos seus acionistas.

21 Receita operacional líquida

	<u>Consolidado</u>	
	2025	2024
Receita operacional bruta		
Receita de serviços prestados	160.743	144.049
Receita de serviço prestados (não faturado)	8.464	2.126
Subtotal Receita operacional bruta	<u>169.207</u>	<u>146.175</u>
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(16.311)	(10.418)
Receita operacional líquida	<u>152.896</u>	<u>135.757</u>

Abaixo segue abertura de receitas de serviços prestados:

	<u>Consolidado</u>	
	2025	2024
Receita de Serviços Prestados		
Receita de locações	142.566	126.506
Receita de operação e manutenção	26.641	19.669
Total receita serviços prestados	<u>169.207</u>	<u>146.175</u>

Os projetos de Geração Distribuída estão em conformidade com a Resolução 1.059 de 7 de fevereiro de 2023 da Aneel e são arrendados para os clientes finais em contratos com prazos que chegam até 25 anos. A Companhia tem como principais clientes a Raízen, Claro, Raia Drogasil, Órigo e Magazine Luiza, entre outros., empresas com sólida capacidade de crédito e bem estabelecidas no mercado brasileiro.

22 Custos de vendas

	Consolidado	
	2025	2024
Depreciação das usinas	(33.304)	(25.480)
Depreciação e amortização	(3.234)	(3.722)
Depreciação de direito uso	(1.454)	(1.125)
Seguros	(3.152)	(2.653)
Compartilhamento de custos (Salários e encargos e outros custos) (a)	(10.784)	(12.162)
Serviços de terceiros (Manutenção, segurança, consultoria e outros)	(7.766)	(8.121)
Crédito de PIS e COFINS	1.415	3.429
Outros custos	(2.250)	(1.926)
Total	(60.529)	(51.760)

- a) Refere-se a custos que são incorridos e pagos por outras empresas do grupo e posteriormente rateados para a Companhia mediante a contrato de compartilhamento de custos assinado pelas partes.

23 Despesas gerais e administrativas e outras receitas operacionais

a. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas com pessoal	(8.120)	(7.699)	(12.555)	(11.256)
Serviços tomados (advocáticos, contábil, TI e outros)	(3.217)	(2.317)	(7.028)	(6.090)
Seguros	-	(13)	-	(13)
Tributárias	(126)	(88)	(1.080)	(736)
Outras despesas gerais e administrativas	(7.001)	(5.094)	(10.142)	(9.383)
Ressarcimento de despesas de serviços e gerais a)	14.064	10.739	14.064	10.739
Total	(4.400)	(4.472)	(16.741)	(16.739)

- a) Refere-se a custos incorridos e pagas pela Companhia e posteriormente rateadas para as controladas mediante a contrato de compartilhamento de despesas assinado pelas partes

b. Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Venda de intangível – Projeto GD	-	843	-	843
Perda na alienação de investimentos	-	-	(190)	-
Outras despesas	(186)	-	(186)	(2)
Total	(186)	843	(376)	841

24 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	758	201	11.015	5.079
Juros e multas	-	-	23	22
Variação cambial ativa	-	7	-	280
Outras receitas	3	36	24	46
	761	244	11.062	5.427
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos e financiamentos	(3.769)	(8.328)	(93.787)	(80.230)
Juros sobre provisão descomissionamento	-	-	(823)	(1.037)
Amortização dos custos dos empréstimos	(1.246)	-	(1.987)	(2.880)
Juros sobre arrendamentos	(25)	-	(5.161)	(3.947)
Juros passivos	(3)	(1)	(111)	(27)
Despesas bancárias	(13)	(21)	(60)	(118)
Outras despesas	(32)	(105)	(110)	(481)
	(5.088)	(8.455)	(102.039)	(88.720)
Resultado financeiro líquido	(4.327)	(8.211)	(90.977)	(83.293)

25 Imposto de renda e contribuição social

(i) Imposto de renda e contribuição social correntes - Controladora

Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social

	Controladora	
	2025	2024
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(17.393)	(20.628)
Alíquota fiscal	34%	34%
(-) Outras exclusões:	(4)	(12)
(-) Resultado de equivalência patrimonial	8.480	8.798
Lucro Real / base negativa	(8.916)	(11.842)
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	-	-
Taxa efetiva	-	-

(ii) Composição de imposto diferido e contribuição social diferido - Consolidado

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro. As origens estão apresentadas a seguir:

Os saldos dos passivos diferidos são como segue, conforme sua origem:

<u>Diferenças temporárias</u>	<u>Alíquota nominal</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Diferenças temporárias da depreciação	34%	6.691	6.409
Prejuízo fiscal	34%	(3.526)	(5.735)
Total créditos fiscais brutos		3.165	674
(=) Tributos diferidos		1.076	229
Reversão IRPJ e CSLL diferidos das SPEs incorporadas (i)		-	(1.791)
Movimentação do exercício		1.076	(1.492)

Os prejuízos fiscais não prescrevem e em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foram contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulados.

(i) As SPEs incorporadas pelas investidas GDPAR SR e GDPAR SN apuravam o IRPJ e a CSLL pela sistemática do lucro presumido com base no regime de competência, mas efetuavam os recolhimentos pelo regime de caixa, gerando com isso diferenças temporárias. Em razão disso, o saldo remanescente de R\$ 1.791 mil (referente às contas de IRPJ e CSLL a pagar) foi transferido para as investidas no processo de incorporação. Como estas adotavam lucro real, os valores foram posteriormente revertidos contra as contas de IRPJ e CSLL no resultado.

(iii) Imposto de renda e contribuição social correntes - Consolidado

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro presumido		
Receita com prestação de serviços	5.035	61.632
Percentual de Presunção	32%	32%
Base de cálculo após presunção	1.611	19.722
Receita financeira	195	3.270
Base de Cálculo	1.806	22.992
IRPJ - 15%	271	3.449
Adicional IRPJ - 10%	156	1.418
CSLL - 9%	163	2.069
Total de IRPJ e CSLL – Lucro presumido	590	6.936
IRPJ e CSLL pago	1.775	7.829
IRPJ e CSLL a pagar	276	1.461

Todas as sociedades de propósito específico (Usinas Fotovoltaicas), exceto Andromeda e Buritizeiro, estão enquadradas no lucro presumido e as *subholdings* estão enquadradas no regime de tributação do lucro real. Consideramos nesta apuração somente as empresas com regime de tributação do lucro presumido.

26 Instrumentos financeiros

(i) Classificação contábil e valores justos – Consolidado

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Em 31 de dezembro de 2025	Valor contábil	Ativos e passivos financeiros a custo amortizado	Valor justo Nível 2 (Consolidado)
Caixa e equivalentes de caixa	55.604	55.604	-
Aplicações financeiras restritas	7.477	7.477	-
Depósitos vinculados	19.983	19.983	-
Contas a receber	45.084	45.084	-
Outras contas a receber	2.589	2.589	-
Fornecedores	(14.086)	(14.086)	-
Empréstimos e financiamentos	(740.564)	(740.564)	(740.564)
Arrendamentos a pagar	(66.781)	(66.781)	-

Em 31 de dezembro de 2024	Valor contábil	Ativos e passivos financeiros a custo amortizado	Valor justo Nível 2 (Consolidado)
Caixa e equivalentes de caixa	69.998	69.998	-
Aplicações financeiras restritas	6.254	6.254	-
Depósitos vinculados	21.644	21.644	-
Contas a receber	43.483	43.483	-
Outras contas a receber	1.305	1.305	-
Fornecedores	(16.664)	(16.664)	-
Empréstimos e financiamentos	(721.528)	(721.528)	(721.528)
Arrendamentos a pagar	(61.910)	69.998	-

Valor justo (Nível 2) - Referente a outros passivos financeiros, foi utilizada a técnica de fluxos de caixa descontados, cujo modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco, não tendo inputs significativos não observáveis

Gerenciamento dos riscos financeiros

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

O gerenciamento de risco do Grupo foi estabelecido para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros, visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras, principalmente, caso uma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes do Grupo. As empresas que compõem o grupo, por estarem na sua maioria em fase pré-operacional, não apresentaram saldo em contas a receber no período analisado.

A Administração estabeleceu uma análise de crédito na qual cada novo ou potencial cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes do Grupo apresentar uma proposta ou participar de alguma concorrência. A revisão efetuada pelo Grupo inclui a avaliação, quando disponíveis, de demonstrações financeiras, informações do setor de atuação do cliente em potencial, e, em alguns casos, referências bancárias.

Em relação ao risco de crédito de caixa de equivalentes de caixa, o Grupo adota como premissa, investir em instituições financeiras de grande porte.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo consolidado de “Caixa e equivalentes de caixa” é de R\$ 17.084 (R\$ 69.998 em 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo consolidado de Contas a receber é de R\$ 45.084 (R\$ 43.483 em 2024) e não apresentam valores em atraso.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Em 31 de dezembro de 2025	Consolidado			
	Valor contábil	1 ano ou Menos	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores (Nota 17)	14.086	14.086	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	740.564	52.344	67.881	620.339
Arrendamentos por direito de uso (nota 16)	66.781	11.712	11.712	43.357
Total	821.431	78.142	79.593	663.696

Em 31 de dezembro de 2024	Consolidado			
	Valor contábil	1 ano ou Menos	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores (Nota 17)	16.664	16.664	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	721.528	419.469	34.718	267.341
Arrendamentos por direito de uso (nota 16)	61.910	7.321	7.321	47.268
Total	800.102	443.454	42.039	314.609

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, tenham impacto nos ganhos do Grupo. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Empresa e suas investidas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Operações com instrumentos derivativos

O Grupo não operou em 2025 e 2024 com instrumentos derivativos.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade do Grupo sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o grupo busca diversificar as aplicações de recursos em termos de taxas prefixadas, mantidas em operações vinculadas ao CDI.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro do Grupo antes da tributação (é afetado pelo impacto dos financiamentos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Taxa	Saldo em 31/12/2025	Cenário A 10%	Cenário B 25%	Cenário C 10%	Cenário D 25%
Ativo						
Aplicações financeiras	CDI	13,46%	12,11%	10,10%	14,81%	16,83%
Exposição líquida do balanço patrimonial		<u>56.790</u>	<u>63.667</u>	<u>62.526</u>	<u>65.201</u>	<u>66.348</u>
Passivo						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	13,46%	12,11%	10,10%	14,81%	16,83%
Arrendamentos	IPCA	<u>4,26%</u>	<u>3,83%</u>	<u>3,20%</u>	<u>4,69%</u>	<u>5,33%</u>
Exposição líquida do balanço patrimonial		<u>807.345</u>	<u>899.585</u>	<u>884.279</u>	<u>920.155</u>	<u>935.541</u>
	Taxa	Saldo em 31/12/2024	Cenário A 10%	Cenário B 25%	Cenário C 10%	Cenário D 25%
Ativo						
Aplicações financeiras	CDI	10,88%	9,79%	8,16%	11,97%	13,60%
Exposição líquida do balanço patrimonial		<u>96.370</u>	<u>106.446</u>	<u>104.863</u>	<u>107.905</u>	<u>109.476</u>
Passivo						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	10,88%	9,79%	8,16%	11,97%	13,60%
Arrendamentos	IPCA	<u>4,83%</u>	<u>4,35%</u>	<u>3,62%</u>	<u>5,31%</u>	<u>6,04%</u>
Exposição líquida do balanço patrimonial		<u>783.438</u>	<u>856.769</u>	<u>844.556</u>	<u>873.092</u>	<u>885.305</u>

O cenário A, provável, considera uma desvalorização em 10% e o cenário B, possível, considera uma desvalorização em 25%, o cenário C considera uma valorização em 10% e o cenário D uma valorização em 25%.

As seguintes taxas de juros aplicadas durante o ano:

	<u>Taxa de fechamento na data</u>	
	2025	2024
IPCA/IBGE	4,26%	4,83%
CDI/B3	13,46%	10,88%

27 Contingências

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não registrou nenhuma causa provável, sendo arrolada como segunda reclamada em processos judiciais de natureza trabalhista em que as probabilidades de perda foram consideradas como sendo “possível” pelos seus assessores legais e, portanto, não estão registradas nas demonstrações financeiras. O valor das causas soma R\$ 110 (R\$ 139 em 2024).

28 Eventos subsequentes

- a) Em 31 de janeiro de 2026, em AGE da GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A aprovou redução de capital em R\$ 529 (quinhentos e vinte e nove mil) mediante a versão do acervo cindido para a GD Geração Distribuída Participações S.A, correspondente a participação societária na empresa UFV GOVERDE & GD PAR SP 1 ALUGUEL DE INFRAESTRUTURA SPE LTDA, avaliada pelo seu patrimônio líquido na mesma data base;
- b) Em 27 de março de 2026, a Administração obteve formalmente o *waiver* (dispensa temporária de cumprimento) junto à instituição financeira em relação ao não atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,2, estabelecido como *covenant* financeiro no âmbito da escritura de emissão de debêntures das investidas GDPAR SR e GDPAR SN. Referido descumprimento não ensejou o vencimento antecipado das obrigações financeiras, conforme anuência formal do credor. Para maiores detalhes, vide Nota Explicativa nº 18. O referido descumprimento decorreu de uma estratégia adotada pela Administração, que incorreu em custos e despesas extraordinárias ao longo de 2025 com o objetivo de recuperar a performance operacional do portfólio de ativos das investidas. Essa estratégia e seus fundamentos foram integralmente apresentados aos credores, que reconheceram o caráter pontual e não recorrente do evento e formalizaram a dispensa, sem exigência de liquidação antecipada das obrigações. Como consequência, o montante de R\$ 539.589, atualmente classificado no passivo circulante em decorrência das normas contábeis aplicáveis, será reclassificado para o passivo não circulante nas demonstrações financeiras do primeiro trimestre de 2026. Para maiores detalhes, vide Nota Explicativa n.º 1.2 e n.º 18(g)